



Tribunal Regional Eleitoral de Santa Catarina

CONTRATO N. 119/2009

Contrato para fornecimento e instalação de comunicação visual, autorizado pelo Senhor Eduardo Cardoso, Secretário de Administração e Orçamento, à fl. 229 do Pregão n. 075/2009, que entre si fazem o Tribunal Regional Eleitoral de Santa Catarina e a empresa ACT Importação, Exportação, Distribuição e Comércio de Produtos Ltda. ME, em conformidade com as Leis n. 10.520, de 17 de julho de 2002, 8.666, de 21 de junho de 1993, 8.078, de 11 de setembro de 1990, Lei Complementar n. 123, de 14 de dezembro de 2006, Lei n. 11.488, de 15 de junho de 2007, e pelos Decretos n. 5.450, de 31 de maio de 2005, e 6.204, de 5 de setembro de 2007.

Pelo presente instrumento particular, de um lado o TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE SANTA CATARINA, órgão do Poder Judiciário da União, inscrito no CNPJ sob o n. 05.858.851/0001-93, com sede na Rua Esteves Júnior, n. 68, nesta Capital, doravante denominado simplesmente CONTRATANTE, neste ato representado por seu Secretário de Administração e Orçamento, Senhor Eduardo Cardoso, inscrito no CPF sob o n. 017.461.409-84, residente e domiciliado em São José/SC e, de outro lado, a empresa ACT Importação, Exportação, Distribuição e Comércio de Produtos Ltda. ME, estabelecida na Rua Valdemiro Cunha, 400, Forquilha, São José/SC, telefone (48) 3381-6210, inscrita no CNPJ sob o n. 09.220.115/0001-66, doravante denominada CONTRATADA, neste ato representada pela sua Representante Legal, Senhora Marcela Braga, inscrita no CPF sob o n. 083.022.689-33, residente e domiciliada em São José/SC, tem entre si ajustado Contrato para fornecimento e instalação de comunicação visual, firmado de acordo com as Leis n. 10.520, de 17 de julho de 2002, 8.666, de 21 de junho de 1993, 8.078, de 11 de setembro de 1990, Lei Complementar n. 123, de 14 de dezembro de 2006, Lei n. 11.488, de 15 de junho de 2007, com os Decretos n. 5.450, de 31 de maio de 2005, e 6.204, de 5 de setembro de 2007, e com o Pregão n. 075/2009, mediante as cláusulas e condições abaixo enumeradas:

CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO

1.1. O presente Contrato tem como objeto o fornecimento e instalação de comunicação visual para os seguintes locais:

1.1.1. Fornecimento e instalação de placa de proibido fumar para o Cartório Eleitoral de Biguaçu, localizado na Rua Hermógenes Prazeres, n. 277, Centro; 01 Prancha.

1.1.2. Fornecimento e instalação de comunicação visual para o Cartório Eleitoral de São Miguel do Oeste, localizado na Rua Marcílio Dias, n. 2070, térreo inferior, Fórum, Centro; 01 Prancha.

1.1.3. Fornecimento de display acrílico para o Prédio-Anexo ao TRES, localizado na Rua Esteves Júnior, n. 80, Centro. Florianópolis. 01 Prancha. Quantidade: 20 (vinte) unidades.

1.2. As placas e os adesivos de comunicação visual deverão ser fornecidos e instalados nos locais mencionados na subcláusula 1.1, conforme desenhos/projetos informados no ANEXO I do Pregão n. 075/2009 e especificações abaixo:

a) PLACAS DE COMUNICAÇÃO VISUAL

PLACAS COM LETREIROS	Placas em alumínio composto (ACM) preto, fosco, com espessura de 3mm.
BRASÃO	O brasão da República será colorido, executado em baixo relevo, gravado por fotogração corrosiva.
LETRAS	Letras pintadas, na cor branca fosca, fonte indicada no projeto anexo ao Pregão n. 075/2009.

b) ADESIVOS DE COMUNICAÇÃO VISUAL

FAIXAS ADESIVAS PARA LETREIROS	Adesivos em vinil preto, fosco, imprimax ou similar. As faixas das portas de vidro devem ser instaladas na face interna do vidro.
LETRAS	Letras adesivas em vinil fosco, na cor branca, fonte indicada no projeto.

c) PLACAS DE PROIBIDO FUMAR

PLACAS COM LETREIROS	Placas em poliestireno branco, com espessura de 2mm (dois milímetros).
SÍMBOLO	Símbolo em vinil colorido, conforme desenho anexo ao Pregão n. 075/2009.
LETRAS	Letras na fonte verdana, em vinil, na cor preta, conforme desenho anexo ao Pregão n. 075/2009.

f) DISPLAY ACRÍLICO PARA O PRÉDIO ANEXO

DISPLAY	Chapa em acrílico cristal 4mm (quatro milímetros), dobrada em três partes conforme desenho anexo ao Pregão n. 075/2009. Quantidade: 20 unidades.
---------	--

PARÁGRAFO ÚNICO

O fornecimento e instalação do objeto obedecerá ao estipulado neste Contrato, bem como às disposições do Pregão n. 075/2009, de 1º/10/2009, além das obrigações assumidas na proposta apresentada pela Contratada em 1º/10/2009, por meio do sistema COMPRASNET, e dirigida ao Contratante, contendo o preço do objeto que, independentemente de transcrição, fazem parte integrante e complementar deste Contrato, no que não o contrariem.

CLÁUSULA SEGUNDA - DO PREÇO

2.1. O Contratante pagará à Contratada, pelo fornecimento e instalação do objeto objeto deste Contrato:

2.1.1. referente ao item descrito na subcláusula 1.1.1, o valor total de R\$ 174,95 (cento e setenta e quatro reais e noventa e cinco centavos);

2.1.2. referente ao item descrito na subcláusula 1.1.2, o valor total de R\$ 3.789,00 (três mil, setecentos e oitenta e nove reais);

2.1.3. referente ao item descrito na subcláusula 1.1.3, o valor total de R\$ 566,75 (quinhentos e sessenta e seis reais e setenta e cinco centavos).

CLÁUSULA TERCEIRA - DOS PRAZOS DE ENTREGA E DE VIGÊNCIA

3.1. O prazo de entrega do objeto descrito na Cláusula Primeira é de, no máximo, 20 (vinte) dias.

3.2. O presente Contrato terá vigência até o recebimento definitivo do objeto contratado pelo setor responsável.

3.3. Os prazos fixados nas subcláusulas 3.1 e 3.2 terão início a partir do recebimento, pela Contratada, deste instrumento, devidamente assinado pelos representantes do Contratante.

CLÁUSULA QUARTA - DA ALTERAÇÃO

4.1. Este instrumento poderá ser alterado na ocorrência de quaisquer dos fatos estipulados no artigo 65 da Lei n. 8.666/1993.

CLÁUSULA QUINTA - DO PAGAMENTO

5.1. O pagamento será feito em favor da Contratada, mediante depósito bancário, após a entrega do objeto, juntamente com a Nota Fiscal/Fatura, a qual será conferida e atestada pelo setor competente.

5.2. O prazo máximo para a efetivação do pagamento será de 5 (cinco) dias úteis após o recebimento definitivo do objeto, pelo setor competente, desde que não haja fator impeditivo imputável à Contratada.

5.3. Nenhum pagamento será efetuado à Contratada, enquanto pendente de liquidação qualquer obrigação financeira que lhe for imposta, em virtude de penalidade ou inadimplência, sem que isso gere direito ao pleito de reajustamento de preços ou correção monetária.

5.4. É condição para o pagamento do valor constante da Nota Fiscal/Fatura, a prova de regularidade com o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS) e com as contribuições para a Previdência Social (INSS).

CLÁUSULA SEXTA - DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

6.1. As despesas decorrentes do presente Contrato correrão à conta do Programa de Trabalho 02.122.0570.2272.0001 - Gestão e Administração do Programa, Natureza da Despesa 3.3.90.30 - Elemento de Despesa Material de Consumo, Subitem 44 - Material de Sinalização Visual e Outros.

CLÁUSULA SÉTIMA - DO EMPENHO DA DESPESA

7.1. Foi emitida a Nota de Empenho n. 2009NE001229, em 06/10/2009, no valor de R\$ 4.530,70 (quatro mil, quinhentos e trinta reais e setenta centavos), para a realização da despesa.

CLÁUSULA OITAVA - DAS OBRIGAÇÕES DO CONTRATANTE

8.1. O Contratante se obriga a:

8.1.1. efetuar o pagamento à Contratada, de acordo com as condições, no preço e no prazo estabelecidos nas Cláusulas Segunda e Quinta deste Contrato;

8.1.2. promover, através de seus representantes, os servidores titulares da função de Chefe da Seção de Engenharia e Arquitetura, no que se refere à sede, e Chefes de Cartório da 2ª e 45ª Zonas Eleitorais, ou seus substitutos, a fiscalização deste Contrato, em conformidade com o art. 67 da Lei n. 8.666/1993.

8.1.3. efetuar o recebimento definitivo em até 5 (cinco) dias úteis, após o recebimento provisório do objeto, exceto se houver atraso motivado pela Contratada.

CLÁUSULA NONA - DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA

9.1. A Contratada ficará obrigada a:

9.1.1. entregar e instalar o objeto no prazo e demais condições estipuladas na proposta;

9.1.2. entregar e instalar as placas e os adesivos nos locais mencionados na subcláusula 1.1, sem que isso implique acréscimo no preço constante da proposta; se constatada qualquer irregularidade, a empresa deverá substituí-los, no prazo máximo de 10 (dez) dias;

9.1.2.1. estando em mora a Contratada, o prazo para substituição de que trata a subcláusula 9.1.2 não interromperá a multa por atraso prevista na subcláusula 10.4.

9.1.2.2. em caso de substituição do objeto, conforme previsto nas subcláusulas 9.1.2 e 9.1.3.1, correrão à conta da Contratada as despesas decorrentes da devolução e nova entrega.

9.1.3. prestar garantia aos materiais e serviços pelo período de 01 (um) ano, a contar da data do recebimento definitivo, pelo setor competente do TRESA;

9.1.3.1. substituir o material ou refazer os serviços no prazo de, no máximo, 15 (quinze) dias, a contar do recebimento de notificação do TRESA que, após a entrega e aceite, durante o prazo de garantia, venham a apresentar defeitos de fabricação ou quaisquer outros que, reincidentes em número igual ou superior a duas vezes, venham a dificultar ou impossibilitar a sua utilização, desde que, para a sua ocorrência, não tenha contribuído - por ação ou omissão – servidor do TRESA.

9.1.4. visitar os locais de instalação da comunicação visual para conferência das medidas e conhecimento das condicionantes do projeto, devendo manter prévio contato com o respectivo representante do TRESA, por meio dos telefones constantes no quadro abaixo:

Local	Telefone
Cartório Eleitoral de Biguaçu	(48) 3243-1103
Cartório Eleitoral de São Miguel do Oeste	(49) 3621-1016
Edifício anexo à sede do TRESA	(48) 3251-3770

9.1.5. quando no projeto houver instalação de totem, responsabilizar-se pela sua fundação e apresentar Anotação de Responsabilidade Técnica (ART) de execução correspondente;

9.1.6. empregar todos os materiais necessários à execução do objeto dentro da técnica adequada e das normas pertinentes, responsabilizando-se por reparos e pela reposição dos materiais danificados em virtude da execução dos serviços;

9.1.6.1. deverá ser observado, na execução do objeto, que:

a) as letras adesivas deverão ter perfeito acabamento, sem descolamentos de pontas ou defeitos de alinhamento;

b) as fontes a serem utilizadas estão indicadas nos projetos;

c) a altura das faixas deve ter 8cm (oito centímetros) e sua largura será a largura das portas, salvo se houver necessidade de duas frases na mesma faixa, quando a altura será de 10cm (dez centímetros); e

d) os textos em portas internas devem ser alinhados com os trincos das portas, em faixas na altura de 1,55m (um metro e cinquenta e cinco centímetros) e nas portas externas de vidro ou de entrada dos cartórios, devem ser centralizados, em faixas a altura de 1,10m (um metro e dez centímetros).

9.1.6.2. quaisquer dúvidas poderão ser sanadas junto à Seção de Engenharia e Arquitetura do TRESA, por meio do telefone (48) 3251-3770, no horário das 13h às 19h.

9.1.7. executar os serviços mantendo as áreas de trabalho limpas e desimpedidas, observando o disposto na legislação e nas normas relativas à proteção ambiental, fazendo, inclusive, a remoção dos entulhos;

9.1.8. apresentar seus empregados uniformizados, com a identificação da empresa e com os devidos equipamentos de higiene e segurança do trabalho;

9.1.9. responder por quaisquer danos pessoais ou materiais causados por seus empregados nos locais de execução dos serviços, bem como por aqueles provocados em virtude dos serviços executados e equipamentos empregados;

9.1.10. fornecer todos os dispositivos e acessórios, materiais, ferramentas, equipamentos e serviços essenciais ou complementares, eventualmente não mencionados nem especificados e/ou não indicados em desenhos e/ou tabelas de acabamento e/ou listas de materiais do projeto, mas imprescindíveis à completa e perfeita realização dos serviços;

9.1.11. promover o imediato afastamento, após o recebimento da notificação, de qualquer dos seus empregados que não corresponder à confiança ou perturbar a ação da equipe de fiscalização do TRESP;

9.1.12. responsabilizar-se pelos encargos provenientes de qualquer acidente que venha a vitimar um ou mais dos empregados alocados na execução dos serviços contratados, assim como pela indenização que porventura daí se originar e por tudo mais quanto as leis sociais, trabalhistas e fiscais estabelecem;

9.1.13. arcar com todas as despesas decorrentes da elaboração e instalação das placas e adesivos;

9.1.14. não transferir a outrem, no todo ou em parte, o objeto contratado, sem prévia anuência do Contratante; e

9.1.15. manter durante a execução do Contrato todas as condições de habilitação e qualificação exigidas no Pregão n. 075/2009.

CLÁUSULA DÉCIMA - DAS PENALIDADES

10.1. Se a Contratada descumprir as condições deste Contrato ficará sujeita às penalidades estabelecidas nas Leis n. 10.520/2002 e 8.666/1993 e no Decreto n. 5.450/2005.

10.2. Nos termos do artigo 7º da Lei n. 10.520/2002 e do artigo 28 do Decreto n. 5.450/2005, se a Contratada, convocada dentro do prazo de validade de sua proposta, não assinar contrato, deixar de entregar ou apresentar documentação falsa exigida para o certame, ensejar o retardamento da execução do seu objeto, não mantiver a proposta, falhar ou fraudar na execução do contrato, comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude fiscal, garantido o direito prévio da citação e da ampla defesa, ficará, pelo prazo de até 5 (cinco) anos, sem prejuízo das multas previstas no edital e no contrato e das demais cominações legais:

- a) impedida de licitar e contratar com a União; e,
- b) descredenciada no SICAF pelos órgãos competentes.

10.2.1. As sanções estabelecidas na subcláusula 10.2 são de competência da autoridade máxima deste Tribunal.

10.3. Para os casos não previstos na subcláusula 10.2 poderão ser aplicadas à Contratada, conforme previsto no artigo 87 da Lei n. 8.666/1993, nas hipóteses de inexecução total ou parcial deste Contrato, as seguintes penalidades:

a) advertência;

b) multa de 20% (vinte por cento) sobre o valor total contratado;

c) suspensão temporária de participação em licitação e impedimento de contratar com a Administração, por prazo não superior a 2 (dois) anos; e

d) declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade, que será concedida sempre que a Contratada ressarcir a Administração pelos prejuízos resultantes e após decorrido o prazo da sanção aplicada com base no inciso anterior.

10.3.1. A sanção estabelecida na alínea “d” da subcláusula 10.3 é de competência do Presidente do TRESP.

10.4. Em conformidade com o artigo 86 da Lei n. 8.666/1993, o atraso injustificado na entrega e na instalação do objeto deste Contrato sujeitará a Contratada, a juízo da Administração, à multa de 0,5% (meio por cento) ao dia, sobre o valor dos itens atraso, a partir do dia imediato ao vencimento do prazo estipulado.

10.5. Em conformidade com o artigo 86 da Lei n. 8.666/1993, o atraso injustificado na substituição ou refazimento do serviço do objeto durante o período da garantia, sujeitará a Contratada, a juízo da Administração, à multa de 0,5% (meio por cento) ao dia, sobre o valor do bem, a partir do dia imediato ao vencimento do prazo estipulado.

10.6. Relativamente às subcláusulas 10.4 e 10.5, os atrasos superiores a 30 (trinta) dias serão considerados como inexecução contratual.

10.7. Da aplicação das penalidades definidas nas subcláusulas 10.3, alíneas “a”, “b” e “c”, 10.4 e 10.5 caberá recurso no prazo de 5 (cinco) dias úteis a contar da data da intimação.

10.8. O(s) recurso(s) será(ão) dirigido(s) ao Diretor-Geral, por intermédio do Secretário de Administração e Orçamento, que poderá rever a sua decisão em 5 (cinco) dias úteis, ou, no mesmo prazo, encaminhá-lo(s), devidamente informado(s), ao Diretor-Geral, para apreciação e decisão, em igual prazo.

10.9. Da aplicação da penalidade de declaração de inidoneidade, prevista na alínea “d” da subcláusula 10.3, caberá pedido de reconsideração, apresentado ao Presidente do TRESP, no prazo de 10 (dez) dias úteis a contar da data da intimação do ato.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA - DA RESCISÃO

11.1. Este Contrato poderá ser rescindido nos termos da Lei n. 8.666/1993.

11.2. Nos casos de rescisão, previstos nos incisos I a XI e XVIII do artigo 78, sujeita-se, a Contratada, ao pagamento de multa de 20% (vinte por cento) sobre o valor total contratado.

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA - DA PUBLICAÇÃO

12.1. Incumbirá ao Contratante providenciar, à sua conta, a publicação deste Contrato e de todos os Termos Aditivos a ele referentes, no Diário Oficial da União, no prazo previsto pela Lei n. 8.666/1993.

CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA - DO FORO

13.1. Para dirimir as questões oriundas do presente Contrato, será competente o Juízo Federal da Capital do Estado de Santa Catarina.

E, para firmeza, como prova de haverem, entre si, ajustado e contratado, depois de lido e achado conforme, é firmado o presente Contrato pelas partes e pelas testemunhas abaixo, que a tudo assistiram, dele sendo extraídas as cópias necessárias para a sua publicação e execução.

Florianópolis, 8 de outubro de 2009.

CONTRATANTE:

EDUARDO CARDOSO
SECRETÁRIO DE ADMINISTRAÇÃO E ORÇAMENTO

CONTRATADA:

MARCELA BRAGA
REPRESENTANTE LEGAL

TESTEMUNHAS:

SALÉSIO BAUER
COORDENADOR DE ORÇAMENTO E FINANÇAS

VILSON RAIMUNDO REZZADORI
COORDENADOR DE APOIO ADMINISTRATIVO

OBSERVAÇÕES

1. Todas as medidas estão em centímetros.
2. Confeccionar medidas no local.



Placa em 178 letras (incluindo
letra de espaçamento, espaço na
linha e espaço entre palavras e
100cm de placa)

Letras em 14pt (fonte:
Fonte: Verdana, 14pt e 17pt).

1

PLACA PROIBIDO FUMAR

ESCALA 1:1

Tribunal Regional Eleitoral de Santa Catarina



INSERIR CADERNO DE TRABALHOS

SEÇÃO
CANTÃO ELEITORAL DE BIGUAÇU - 2ª ZONA ELEITORAL

LOCAL
RUA HERMOGENES PRAZERES, 277 - CENTRO - BIGUAÇU/SC

CONTEÚDO
COMUNICAÇÃO VISUAL
PLACA PROIBIDO FUMAR

PROCESSO Nº

Tribunal Regional Eleitoral de Santa Catarina
CPLS INSTAURADO Nº 01

Carla Marcon Pinheiro Machado

Advogada e Advogada - OAB/SC Nº 1154

Patrícia F. R. Rangel

Advogada e Advogada - OAB/SC Nº 1154

Fabiana R. Ferreira

Advogada e Advogada - OAB/SC Nº 1157

Rodrigo Pedersen

Advogado e Advogado - OAB/SC Nº 1157

INTERESSADO
Marta V. P. Cruz
Núcleo de Interiores - OAB/SC Nº 070941

Marcel dos Santos
Núcleo de Interiores - OAB/SC Nº 070941

PROCESO Nº

01/01

DATA
04.05.09

REVISÃO
01

ESCALA
INDICADA

ARQUIVO
SERVIÇO Nº - PLACA PROIBIDO FUMAR



Placa em alumínio anodizado (AA10), na cor prata, fixada, com 30mm de espessura 260 x 100 cm. Grade colorida, executada em aço inoxidável, gravada por hidrografia computadorizada. Letra padrão, na cor branca. Fixação Utilizada: Parafuso 4,8 cm x 6,2 cm. Fixada no período em observância com o nº 394 do pleito ou pleiteio, no tocante ao sistema eleitoral no Cartório Eleitoral.

1 PLACA EXTERNA
ESCALA 1:20



Placa em alumínio anodizado (AA10), na cor prata, fixada, com 30mm de espessura 180 x 100 cm. Letra padrão, na cor branca. Grade colorida, executada em aço inoxidável, gravada por hidrografia computadorizada. Letra padrão, na cor branca. Fixação Utilizada: Parafuso 2,5 cm x 5,0 cm. Fixada no período em observância com o nº 314 do pleito ou pleiteio, no tocante ao sistema eleitoral no Cartório Eleitoral.

2 PLACA INTERNA
ESCALA 1:20

<i>Sistema Regional Eleitoral de Santo Antônio</i>			
CARTÓRIO ELEITORAL DE SÃO MIGUEL DO OESTE - 4ª ZONA ELEITORAL			
ZONA: RUA: Mercado da, 2070, Centro Interior, Km11, Centro - São Miguel do Oeste/SC			
COMUNICAÇÃO VISUAL PLACAS			
RESPONSÁVEL TÉCNICO	PROJETO DEB:	PRIMEIRO DEB:	
Carla Marcioni Pinheiro Machado <small>Assessoria de Urbanismo - CRONOMETRISTAS</small>		Jornal da Sertão <small>Tabela de Dimensionamento - CRONOMETRISTAS</small>	
DATA: 28.05.08	RESPOSTA: 01	INDICADA	INDICADO: 01/01
		INDICADA	INDICADO: 01/01

